

Sexualidade e questão de género¹

FABRIZIA RAGUSO²

Nesta reflexão, procurarei unir aspetos muito complexos e traduzi-los numa linguagem divulgativa, na consciência de que é um grande desafio.

À partida, a minha atitude em geral, seja profissional, seja na investigação, bem como na própria atividade clínica, procura questionar mais do que dar soluções definitivas e fechadas, porque me parece que, nas questões que dizem respeito à sexualidade e à identidade pessoal, é muito perigoso querer pôr palavras finais, pontos finais e dar soluções definitivas.

Há muitas questões em jogo dentro das teorias, mas também dentro do desenvolvimento social, cultural e político que acompanha sempre todas as questões que dizem respeito às pessoas, à sua maneira de ser e de estar no mundo. Decidi focar-me em apenas três aspetos: começar com o que é, e como funciona — ou, pelo menos, com o que sabemos até ao momento — a propósito da construção/desenvolvimento da identidade pessoal no sentido muito amplo; depois irei refletir sobre a questão do corpo, e como o corpo é pensado e visto na psicologia, em vários contextos; por último, irei sublinhar a matriz simbólica e relacional da identidade e, portanto, também da sexualidade.

O meu objetivo é relevar perguntas, pelo que, se, no final se sentirem confusos, tal quer dizer que alcancei o meu objetivo.

1. De forma clássica, seja partindo da matriz psicodinâmica, mas também dentro de outras perspetivas teóricas, compreendemos — e sobre tal há um consenso amplo — que a formação da identidade se

¹ Este capítulo resulta da intervenção da Autora na equipa de desenvolvimento do projeto «Entre Linhas», em 30 de janeiro de 2021.

² Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Braga.

situa numa encruzilhada entre a matriz, ou impulso biológico, e a matriz social e cultural. A primeira sofre uma viragem decisiva na puberdade, permitindo uma profunda reorganização psicológica, mas constituindo também o terreno propício para o questionamento sobre a própria identidade, em todos os seus aspetos.

Como já frisava Erikson, há um conflito central a resolver na transição da adolescência para a juventude: redefinir a própria identidade, seja do ponto de vista intrapsíquico, bem como do ponto de vista psicossocial. Assim, as duas matrizes da identidade nalguns momentos podem prevalecer uma sobre a outra, em outros momentos andam mais a par e passo. É nesta dialética, nesta dinâmica, que se definem valores que regulam o que significa ser homem ou mulher adultos, num contexto histórico-cultural específico.

Qual é a tarefa que o ser humano, mas sobretudo, de modo muito específico, o adolescente, o jovem adulto, tem que elaborar? Fundamentalmente a tarefa central será elaborar e introjetar as mudanças fisiológicas, que dizem respeito ao corpo, o seu impacto e a sua interligação com as mudanças da psique e, por último, as mudanças de expectativas que lhe chegam do mundo que o rodeia, da realidade na qual vive.

Neste complexo percurso, a última e mais exigente tarefa consiste em atribuir significados emocionais às transformações da realidade interna — psíquica e biológica — e à da realidade exterior — transformação das relações e da sua interação e relacionamento com o mundo social. Transforma-se, deste modo, a relação e o significado atribuído ao mundo dos coetâneos, bem como a relação com os adultos significativos.

Contudo, sobretudo no último século e inícios do século XXI, na construção da identidade tem-se eminentemente modificado a maior articulação e menor definição dos papéis afetivos e sociais que cada indivíduo, cada pessoa, desempenha. Os valores que fundamentam os papéis afetivos, sobre os quais a identidade do adolescente se articula — ou seja, ser filho, ser homem, ser mulher, ser estudante, ser membro de um grupo geracional, estar no seio da comunidade social, etc. — na atualidade, na nossa cultura ocidental sobretudo, são cada vez mais idiossincráticos, autorreferenciais (aqui é importante que tenhamos em conta também este aspeto, o que é o específico da trajetória da cultura ocidental avançada).

Na nossa cultura, todas estas questões são muito menos definidas, muito mais difusas, muito mais flutuantes, e fundamentadas sobre expectativas de papel muito menos facilmente integráveis, e muitas vezes até explicitamente conflituais. De maneira sintética, podemos assim afirmar, e sintetizar, que as palavras de ordem, os conceitos fundamentais que nos acompanham a respeito da identidade em sentido lato — não só identidade sexual — são «complexidade» e «flexibilidade», dentro daquela que definimos como uma sociedade global.

Complexidade e flexibilidade que se articulam num sistema de redes e, não tanto, como em outros momentos históricos, em contentores institucionais e culturais estáveis e definidos. Assim sendo, hoje tornar-se adulto acontece cada vez mais tarde e de forma muito mais flutuante, através de trajetórias «yo-yo», ou seja, por avanços e recuos. De facto, hoje tornar-se adulto não significa inserir-se em papéis sociais e afetivos definidos e irreversíveis. Deste modo, estamos perante uma identidade entendida como dinâmica, fundamentada muito mais sobre o sentimento de continuidade do *Self* do que propriamente sobre uma imagem exterior codificada e estruturada e, sobretudo, suportada ou orientada para alcançar o reconhecimento por parte dos demais.

Sendo assim, neste sentido, o mesmo processo, e as mesmas aporias encontram-se quer em torno das temáticas da construção da identidade de género quer em relação com a identidade sexual; também o encontramos em muitas outras áreas da identidade pessoal. Não é por acaso que, no interior da cultura pós-moderna, as questões de género se têm — sobretudo a partir dos anos 90 — aproximado ao discurso do multiculturalismo e das lutas pelo reconhecimento das minorias.

Por tal, ser reconhecido enquanto minoria sexual significa «ter um espaço no mundo». Isso implica e convoca a psicologia, mas dentro de uma matriz mais ampla, que é a matriz antropológica, como é evidente. Assim é, sobretudo se a própria psicologia tiver a ousadia de não se deixar enclausurar na dicotomia normal/patológico e não se enquadrar apenas dentro do mundo estrito da modificação do comportamento.

Deste modo, considero que seria importante abordar as questões da identidade de género a partir de abordagens psicológicas, talvez mais minoritárias neste momento no panorama internacional — no panorama português, sem dúvida —, como, por exemplo, a psicologia fenomenológica ou os modelos relacionais e simbólicos.

Neste quadro, quando falamos de identidade de gênero, entendemos quase exclusivamente um estado subjetivo, uma situação psicológica, uma maneira de sentir-se, que toca, portanto, a dimensão, sobretudo, emotiva do sujeito. A convicção persistente de ser um homem ou uma mulher, de pertencer a uma ou outra das duas categorias binárias. Tudo isso refere-se aos aspetos psicológicos, sociais e culturais, que definem o que é a masculinidade, o que é a feminilidade, distinguindo-se da pura e única identidade sexual, que se refere estritamente às características biológicas, anatômicas e da orientação sexual.

Tudo isso tem a ver com a dinâmica entre a dimensão interior e, portanto, entre a experiência emotiva, a imagem de si que ao longo de toda a sua vida, desde o nascimento até à morte, o ser humano vai desenvolvendo. Tal imagem encontra-se integrada com a representação do próprio corpo sexuado; na ideia de um *Self* que — sobretudo na adolescência — organiza o desenvolvimento de um novo papel afetivo masculino/feminino. Tal dinâmica concretiza-se na aquisição de competências e valores relativos a tal papel.

Este é um processo que implica um complexo percurso de re-simbolização do *Self* e que, assim sendo, para acontecer, deve integrar as mudanças físicas, psicológicas e as exigências sociais que o adolescente e o jovem adulto se encontram a enfrentar. É por isso que, se ampliarmos o nosso foco de análise, e utilizarmos não tanto uma lente que nos ajude a olhar os pormenores da construção da identidade de gênero, da identidade sexual, mas o *zoom* e percebermos como se desenvolve todo o processo de construção da identidade, compreenderemos, então, que, dentro desta tarefa, deste esforço, entram todas as dificuldades que eventualmente na atualidade mais intensamente percebemos como relativas à questão da identidade de gênero.

A dificuldade de construir a relação com os pares (normalmente mais evidente para as meninas do que para os meninos), as problemáticas relativas às escolhas de vida, escolha profissional, e, portanto, às transições mais complicadas, mais complexas, as trajetórias mais flutuantes, mesmo do ponto de vista escolar, e da própria inserção no mundo adulto, no mundo do trabalho, evidenciam-se também na necessidade de compreender também a própria dimensão sexuada da existência pessoal.

Aqui inserem-se, também, todas as questões ligadas à autoimagem e a uma relação cada vez mais complexa e conflituosa com o corpo. Se

inserirmos e lermos todas estas passagens de uma forma integrada e multifacetada, compreenderemos que não são propriamente experiências pontuais, isoladas ou raras, as que dizem respeito às dificuldades que os adolescentes vivem e sentem cada vez mais frequentemente na integração do seu corpo como parte de si próprios, como uma dimensão com a qual se sintam bem, que possam «habitar» confortavelmente.

As perturbações do comportamento alimentar, por exemplo, são cada vez mais frequentes e começam cada vez mais cedo. E a par com as questões relativas à identidade de género, questionam a corporeidade e a sua integração com a interioridade e o mundo afetivo. É um dos muitos elementos e fatores que podemos encontrar e que fazem parte deste novo mundo que os espera, um mundo pautado, como já foi dito, pela complexidade e flexibilidade, que não ajuda a dar definições, mas que deixa muitas mais perguntas por resolver, e, muitas vezes, para que as resolvam sozinhos.

2. Deste modo, dentro da matriz psicodinâmica, percebemos também que este processo de construção da identidade, de transformação da adolescência e da primeira juventude, é um processo também de transformação relacional, sobretudo nas relações primárias. Um processo muito complexo e muito significativo, carregado de intensas expectativas recíprocas entre os adultos (sobretudo a família) e os jovens em transformação.

O que é suposto, numa perspetiva psicodinâmica, é que a mãe seja o primeiro modelo de identificação para os meninos e as meninas, portanto para ambas as escolhas ou definições de género. É a primeira relação de referência. Numa perspetiva relacional, reconhecemos sem dúvida este fator primordial do feminino, do maternal, aberto — seria o expectável também — para um polo ético e, assim, para um polo também aberto a um mundo exterior, que deveria ser representado pela função paterna.

Todavia, como sabemos, esta complexidade e flexibilidade, indefinição e constantemente negociação de papéis, é também o que vivemos não só enquanto indivíduos, mas também enquanto estruturas e, sobretudo, enquanto família. Assim sendo, cada vez mais precocemente, também as crianças absorvem, do ponto de vista relacional e da construção relacional da sua identidade, do seu «ser filhos», a flutuação destas figuras.

E não poucas vezes há competitividade, por exemplo, entre o materno e o paterno; um paterno cada vez menos conformisticamente delimitado; um paterno que — como dizem alguns psicólogos como Andolfi, por exemplo — tende a estar cada vez mais em competição com o materno. Há a tendência cada vez maior para considerar que o «pai próximo e presente» se deve identificar com o papel afetivo, com as dimensões expressivas da relação.

Poderá, assim, acabar por ser uma figura mais frágil, acabando por faltar dentro deste processo de identificação, a função ética da relação, a justiça e a lealdade que têm a grande responsabilidade de acompanhar a transição dos filhos para a vida adulta, ajudar a passagem da vida intra-familiar para o mundo exterior, para a abertura para lá da dimensão afetiva e da primazia da relação com a família.

O debate que surgiu mais recentemente entre gênero e sexo, tem que ver, de forma muito específica e muito clara, não só, ou não apenas, com questões estritamente psicológicas, mas, antes de mais, com questões eminentemente culturais. Como já foi referido, o conceito e a própria reflexão em torno da sexualidade dizem respeito a teorias e fatores muito relevantes no que toca à longa história da humanidade, que se situam todas por volta do final do século XVIII e ao longo de todo os séculos XIX e XX, sobretudo com as grandes teorias da sexualidade que se entrecruzam com as próprias teorias psicológicas, no desenvolvimento da psicologia como ciência.

Tal foi também favorecido, como é evidente, pelo maior desenvolvimento das técnicas que nos têm permitido conhecer o desenvolvimento, também biológico, e a estrutura biológica do cérebro, por exemplo, ou, mais em geral, do corpo. Há, deste modo, maior conhecimento do ponto de vista da fisiologia e da anatomia, maior possibilidade de compreender, também do ponto de vista funcional, o corpo humano, e de poder ter modelos de compreensão, incluindo do ponto de vista psicológico.

No entanto, a palavra «gênero» era algo que já existia, que conhecíamos do ponto de vista da gramática, e nos ajudava a ter uma visão do mundo, incluindo no que respeita às coisas; que nos ajudava a enquadrar o masculino e o feminino e, em muitas línguas, sobretudo nas línguas mais antigas, no âmbito da distinção das coisas, representar também a dimensão do neutro, do objeto. Encontra-se o neutro não só no latim, mas também no alemão, por exemplo, e ainda em muitas línguas

eslavas. Há ainda possibilidade de entender, de distinguir, no seio do animado, entre o humano e o não-humano.

Quando é que se passa a construir uma questão mais dialética entre gênero e sexo? Muito mais recentemente, sobretudo, como já foi dito, pelo impulso conferido pelo movimento feminista e, com maior expressão, quando esta complexidade antropológica terá alcançado o seu ponto máximo, talvez com a pós-modernidade, quer dizer, a partir da II Guerra Mundial, mais ou menos, ou desde o pós-II Guerra Mundial imediato até ao presente.

No presente, a ideia de uma identidade estável e estruturada e que coincidissem também com papéis sociais estruturados, tem-se tornado cada vez mais frágil e a própria identidade individual tem-se tornado cada vez mais fragmentada, muito mais influenciada pelos aspetos afetivos e emotivos, num processo constantemente em devir até ao final da vida. Neste sentido, por exemplo, as ideias e as perspectivas da própria pós-modernidade sobre a autoconstrução do eu têm sido extremamente esclarecedoras.

Temos tantas identidades quantos são os nossos papéis sociais, relacionais, e as nossas experiências de vida nos permitem revestir. E não é dito que todas estas facetas da nossa identidade necessariamente se conjuguem, ou se articulem, numa estrutura unitária, ou num ponto de referência que possa ser harmónico. Estas várias facetas podem ser também francamente antitéticas, e não necessariamente interligadas e estruturadas.

Deste modo, com a ideia de *gênero*, indicamos hoje a condição meta-biológica do ser homem e do ser mulher, que pode não ser só do homem ou da mulher, enquanto um sexo definido. A masculinidade e a feminilidade tornaram-se, portanto, indicadores meta-biológicos sempre em devir.

Esta categoria foi teorizada de maneiras diferentes, primeiramente como uma representação psicológica através da educação. Há muitas teorias psicológicas que têm abraçado de uma forma, do meu ponto de vista, bastante acrítica, esta visão. Por exemplo, o construtivismo social parte deste pressuposto *a priori*: que tudo o que tem a ver com a identidade de gênero é o fruto da influência moldante da própria sociedade, e, portanto, da educação. Logo, é eminentemente machista, ou extremamente tradicionalista de cada vez que, precisamente, identifica

atividades, papéis, expectativas, estritamente definidas e separadas para o género masculino e para o género feminino. Logo, qual é a proposta? Uma educação «gender free».

Educação o mais ampla possível, o mais indefinida possível, para que permita a cada um ser si próprio, sem, porém, ter indicadores excessivamente estruturados, ou minimamente estruturados, sobre o que significa estar no mundo como homem ou como mulher.

Assim sendo, sucessivamente, o género foi entendido como construção histórico-social e antropológico-cultural, como uma assunção de papéis, de tarefas, de funções, que são desenvolvidos através da socialização.

Há, também, uma outra perspectiva, que é a da teoria da natureza, elaborada dentro do âmbito da psicossociologia, que se reconhece entre indeterminismo biológico e determinismo ambiental. Ou seja, o biológico não traz por si só uma definição de identidade, mas traz, sobretudo, uma orientação do corpo, que deve ser moldada pelo determinismo do ambiente.

Tal significa que, ao nascer, o sexo é sempre indeterminado, porque será depois a sociedade que o preencherá de conteúdos. O que encontramos nestas teorias, sobretudo na última fronteira que é constituída pela «gender queer theory» (ou seja, uma teoria pós-estruturalista e pós-moderna), é a completa desconstrução do próprio conceito de «identidade».

Se se levarem, de facto, às últimas consequências estes pressupostos percebe-se que se aponta para uma identidade que se constrói, que é flexível, que é mutável, que normalmente é determinada pelos constrangimentos sociais, políticos, que podem ser em muitos casos preconceituosos e que, portanto, têm como objetivo a absoluta indeterminação do próprio género, bem como da identidade em sentido mais lato, de modo a que possa ser constantemente submetida a revisões, tantas vezes como a própria experiência do indivíduo o considere necessário ao longo da sua trajetória vital, que, portanto, possa nunca se enclausurar a possibilidade de ser do próprio sujeito.

3. Em toda esta sucessão de conceitos, para os quais talvez não tenha havido tempo para suficiente aprofundamento, que podemos reconhecer? Utilizando uma expressão de Eugenia Scabini, podemos dizer que há, ou vai acontecendo, uma espécie de eclipse do corpo. Na

verdade, a ideia de corpo (sobretudo enquanto diferença) como fonte da nossa identidade tem-se evaporado entre ser e ter um corpo (na perspectiva de Merleau-Ponty), tendendo, cada vez mais, a prevalecer a factualidade e materialidade do corpo.

O Eu, a identidade, está toda internalizada no mental, numa consciência cada vez mais puntiforme e a-espacial. A autoconsciência não precisa de ser identificada também no espaço corpóreo. Isto é possível, também, graças não só ao desejo de modificar a minha realidade corpórea, mas também graças à possibilidade concreta de intervirmos sobre o nosso corpo, através de transformações cirúrgicas e hormonais, cada vez mais disponíveis para todos.

Neste nosso momento histórico, estas são práticas cada vez mais comuns, não apenas no âmbito daquilo que pode ser a necessidade de resolver a disforia de género e as dificuldades e o mal-estar e o sofrimento profundo de quem não se «reconhece no próprio corpo» ou se sente «aprisionado» nele.

Neste momento, a intervenção sobre o corpo é uma das fronteiras da procura da felicidade na nossa cultura, a vários níveis, e em todas as idades. Deste modo, esta evaporação do corpo (depois da sua hipervalorização através de cânones estéticos cada vez mais exigentes) faz que a orientação sexual seja uma dimensão ainda mais vaga, e muito aberta flexivelmente ao longo da vida.

Assim sendo, em nome da ênfase negativa ou positiva sobre o aspeto cultural da construção da identidade, tende-se a negar ou a pôr completamente entre parêntesis, como um acidente, o aspeto biológico da mesma. Aqui emerge, do meu ponto de vista, o aspeto mais bizarro das próprias teorias psicológicas: por um lado, de facto, a maioria das teorias psicológicas tem-se concentrado sobre a visão do psiquismo humano estritamente conexo com a construção social e definido pela observação do comportamento.

Deste modo, tem transformado o ser humano num sujeito passivo, por assim dizer, se pensarmos, por exemplo, nas teorias cognitivistas, que reduzem todo o psiquismo humano ao biológico. A própria questão da identidade transforma-se, neste contexto, única e exclusivamente, naquilo que a mente é do ponto de vista estritamente neurológico e biológico. Por outro lado, dentro destas questões relativas à sexualidade, parece que a psicologia tende a pôr entre parêntesis a dimensão

do corpo e, portanto, a própria identidade é muito mais pressionada ou muito mais condicionada, eventualmente, pela construção social e educacional.

Nalguns casos, certas teorias leem também este desenvolvimento em termos clarissimamente de modelagem. Deste modo, oscilamos, aqui, entre um corpo que é todo o ser humano, melhor, a sua dimensão biológica, não propriamente o corpo. O biológico é todo o ser humano, diz tudo do psiquismo humano, inclusive da consciência, enquanto noutras perspectivas, a própria consciência de si, o próprio *Self*, a própria identidade, são «um olhar de nenhum lado», são completamente descontextualizados e desmaterializados, des-corporizados.

Concluo com a citação de um psiquiatra fenomenólogo, Bruno Callieri, que diz o seguinte:

«estas perspectivas interrogam-nos, implicitamente e indiretamente, sobre o sentido da sexualidade humana. Não tanto em termos de finalidade da própria sexualidade, mas, sobretudo, em termos da sua dimensão simbólica; ou seja, ali, onde o eu se abre e encontra um tu, e na diferença em que pode experimentar a empatia. De facto, enquanto o exercício do sexo é possível com muitos, e não só em sucessão, poder dizer-se “eu amo-te”, “eu quero-te bem”, é possível só com um de cada vez, pois tal tende sempre para um apelo, para um nome, aquele nome. Com Binswanger, poderíamos dizer a tua *Einheit*, a tua unicidade, que exclui todos os outros, cada outro. É mesmo aí que o ato sexual se torna, pode ser, plenamente humano, se assume como um novo aspeto, o próprio da meta-sexualidade, e se torna símbolo. O símbolo mais eloquente de dois seres que se encontram e que confluem num projeto comum de vida, que tenha como horizonte de finalidade um nós, aquele *interessen* blonderiano, num sentido de intenso e denso intercâmbio empático» (Callieri, 2002).

Não há conclusão, não era minha intenção — como afirmei no início — tirar qualquer conclusão absoluta. Será possível uma conclusão só quando tivermos reconectado estas questões relativas à identidade sexual e ao género com a complexidade da identidade humana biológica,

psíquica e relacional. Aliás, dentro deste debate atual, pessoalmente considero que, até do ponto de vista científico, é muito difícil investigar de uma forma serena, não partidária, não orientada para defender uma ou outra das posições políticas e sociais que se erguem em torno destas questões.

Neste sentido, considero que é muito difícil, neste momento, tirar conclusões. Prefiro que, nas vossas reflexões em grupo surjam as perguntas, as aporias, as críticas, sobretudo, para que depois possamos, em conjunto, eventualmente, procurar percursos de respostas educativas, que, do vosso ponto de vista, sirvam para as pessoas concretas que nos são confiadas.

Referências bibliográficas

- AA. VV. (2011). Società Mutamento Politica. *Rivista italiana di Sociologia*. Vol. 2(4), número monográfico: «L'agire affettivo».
- Bueno, J. L. O. (1997). Corpo, consciência e psicologia. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.10(1), Porto Alegre, pp. 1678-1753 .DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721997000100010>.
- Callieri, B. (2002). Dimensioni psicopatologiche dell'amore. In «*Informazione Psicologia Psicoterapia Psichiatria*», n.º 44/45, pp. 2-9. In: www.in-psicoterapia.com.
- Cohen-Kettenis, P. (2003). Disturbi dell'identità di genere. Eziologia, prevalenza e management clinico. In *Psychomedia*: http://www.psychomedia.it/ariri/cohen_0503.htm.
- Dinis, A. (2004). Ética e identidade pessoal: o impacto da Ciências cognitivas, in Teixeira, F. (ed.) *Identidade Pessoal: caminhos e perspectivas*. Lisboa: Quarteto.
- Palazzani, L. (2011). Gender: presupposti filosofici e implicazioni giuridiche. *Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género* (Primavera / Verano) Vol. 1(4), pp. 30-58. ISSN: 1889-9285 /EISSN: 1989-7391.
- Riva, E. (2008). Percorsi e rischi nella costruzione dell'identità di genere in adolescenza. *Ricerca Psicoanalitica*, Anno XIX(2), pp. 161-181.
- Scabini, E. (2013). La questione del «genere». Implicazioni sull'identità di famiglia (comunicazione orale).